ISSN -2359-1382





# Políticas públicas e enfrentamento às desigualdades socioeducacionais: diálogos conceituais

# Public policies and addressing socio-educational inequalities: conceptual dialogues

Lindemberg da Silva Santos<sup>1</sup>

Edson Francisco de Andrade<sup>2</sup>

#### Resumo

Pretende-se, neste texto, refletir sobre o papel do Poder Público e, especificamente, das políticas de Educação nos processos de enfrentamento e de superação de desigualdades socioeducacionais no Brasil. Desenvolve-se, inicialmente, uma discussão sobre concepções de Estado, entendendo que este é um agente imprescindível na promoção de medidas potencialmente capazes alterar o *status quo* vigente. Em seguida, aborda-se a interface conceitual entre a pobreza e a desigualdade social, realçando-se acepções que esses conceitos assumem no campo da Política Educacional. Por fim, reconhece-se a consecução de políticas sociais inclusivas como mecanismo indubitável à garantia do direito à educação.

Palavras-chaves: Estado; Política Educacional; Desigualdade Social; Pobreza.

#### Abstract

It is intended, in this text, to reflect on the role of the Public Power and, specifically, of the Education policies in the processes of confronting and overcoming socio-educational inequalities in Brazil. Initially, a discussion about conceptions of the State is developed, understanding that this is an essential agent in the promotion of measures potentially capable of changing the current status quo. Then, the conceptual interface between poverty and social inequality is approached, emphasizing the meanings that these concepts assume in the field of Educational Policy. Finally, the achievement of inclusive social policies is recognized as an undoubted mechanism for guaranteeing the right to education.

Keywords: State; Educational politics; Social inequality; Poverty.

<sup>2</sup> Doutor em Educação e Docente da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Coord. do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação e Enfrentamento a Desigualdade Social, pesquisa financiada pelo CNPq, edsonfranciscodeandrade@gmail.com https://orcid.org/0000-0002-7577-898X



<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação e Enfrentamento a Desigualdade Social, pesquisa financiada pela FACEPE, lindembergsantos18@gmail.com https://orcid.org/0000-0003-1106-2437

ISSN -2359-1382



CAEPE Departamento de Admir Escolar e Planejamento

#### Introdução

Os pobres são a síntese das históricas injustiças sociais. São injustiçados e não vulneráveis. A relação entre justiça, pobreza e educação não é foco nem das políticas, nem do pensamento educacional. Os pobres se sabem injustiçados. A luta por escola é uma luta por territórios de justiça (ARROYO, 2017, p. 151).

Essa assertiva de Miguel Arroyo (2017) demarca um movimento que vem sendo desencadeado nas duas últimas décadas por organizações sociais e instituições acadêmicocientíficas no Brasil. Trata-se do crescente volume de pesquisas e estudos que buscam relacionar "educação e pobreza". E por que não inverter os termos pobreza e educação? De acordo com o autor, é necessária a inversão dos termos nessa relação porque não é, isoladamente, a educação ou a falta dela que causa a pobreza. Na realidade, há reconhecidamente outros condicionantes e agentes que têm sido determinantes dos processos desiguais de escolarização. Não obstante essa nota epistemológica, os avanços socioeconômicos e educacionais que se tornaram notáveis durante parte das duas últimas décadas (2003-2015), sobre os quais Miguel Arroyo faz referência, também foram apontados por Arruda e Andrade (2017), quando reconhecem um perceptível movimento de inclusão na educação de sujeitos que tiveram direitos básicos como saúde, educação e alimentação historicamente negados.

O lastro conceitual da discussão que permeia a temática deste texto toma por base as produções de Miguel Arroyo, sendo este um dos teóricos do campo educacional que mais vem discutindo a temática 'pobreza e educação' e suas interconexões com o fenômeno da reprodução de desigualdades socioeducacionais no Brasil. Faz-se importante compreender que, para o autor, é necessário perceber que os sujeitos privados de seus direitos básicos não são simplesmente agentes desiguais na sociedade, pois estes são 'feitos desiguais'. Assume-se, portanto, o fato de que historicamente certos coletivos foram interessadamente feitos, constituindo-se "uma dinâmica política nova no campo das desigualdades ou dos coletivos pensados e segregados como desiguais na história de nossa formação" (ARROYO, 2010,p. 1385,). Nesse sentido, é necessário que os estudos se

ISSN -2359-1382



daepei Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

debrucem sobre esta temática, assumam um caráter de afirmar que as desigualdades sociais decorrem de ações e discursos ecoados de diversos espaços (ibidem).

À luz desse pensamento, consideramos pertinente analisar criticamente a agenda de política pública que tem sido desenhada pelo atual Governo no Brasil (2019-2022). Determinadas ações já implementadas, bem como as sinalizações que têm sido emitidas indicam uma opção deliberada por estagnações e, sempre que possível, retrocessos no tocante aos direitos sociais. Assim, além da persistente luta por novos direitos, faz-se urgente a defesa pelo já conquistado e inscrito na agenda política do país. Assumimos esta como a principal mobilização a ser realizada em favor do processo contínuo de correção das desigualdades sociais e educacionais, incluindo-se a necessária resistência contra a interrupção de projetos e programas comprovadamente imprescindíveis.

Com efeito, concordamos com Arroyo (2010, p. 1385), quando considera que

essa relação tem de ser retomada em um quadro social, político e cultural novo: as vítimas das nossas históricas desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero, campo, periferias se fazem presentes, afirmativas, incômodas, não apenas nas escolas, mas na dinâmica social e política. A relação educação-desigualdades, tão abstrata e genérica, exige ser recolocada na concretude dos coletivos feitos desiguais, reagindo às desigualdades e se apresentando e afirmando como sujeitos políticos, de políticas, de afirmações positivas.

A coerência dos argumentos expostos pelo autor se confirma, especialmente, pela constatação histórica de que o tratamento das desigualdades sociais, sobretudo, no âmbito do campo da Educação, foi incorporada à agenda de políticas educacionais como consequência de inúmeras lutas em favor da correção das desigualdades socioeducacionais. Temas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as diretrizes curriculares para os níveis e modalidades de educação e o Plano Nacional de Educação, exemplificam a consecução de políticas decorrentes de importantes lutas pela garantia de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social referenciada.

Por isso mesmo, faz-se necessário reafirmar que a formulação de políticas públicas, sendo estas entendidas, de modo geral, como programas, projetos e ações que são propostas para a sociedade, implementados pelo Estado, terá influências da própria ideia

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

do que se está compreendendo por Estado, bem como terá influências do Governo da vez no momento histórico que nos encontramos. Assim, é importante também considerar que, apesar o reconhecido poder conferido à figura que ocupa o posto mais elevado na estrutura hierárquica do Executivo, entendemos que o Estado é constituído por uma correlação de força mobilizável muito mais ampla, uma vez que compreende órgãos legislativos, judiciários e demais departamentos que interpelam a ação do Governo em nome da sociedade civil (HÖFLING, 2001).

Ainda segundo Hölfling (2001), as políticas públicas de cunho social se referem às ações desenvolvidas pelo Estado que tem por intuito minimizar as desigualdades existentes no país. Por estarmos discutindo a relação entre pobreza e educação que perpassa as condições desiguais do país, precisamos observar que a educação não pode ser vista como uma "tábua de salvação". Ela deve ser vista como um elemento capaz de modificar a sociedade, tendo em vista um modelo de sociedade justa, porém, são necessários outros elementos que subsidiem a superação das desigualdades, como aponta Arroyo (2017) quando debate alternativas para superar a pobreza. Para o autor, é necessário que as políticas de aumento da escolarização de famílias feitas desiguais estejam atreladas às políticas de emprego, de habitação, entre outras.

Nesse movimento, segundo Schwartzman (2005), o problema educacional brasileiro está nas raízes do desenvolvimento do país, especificamente, na desigualdade estrutural de oportunidades de uma educação de qualidade entre pobres e ricos. Para ela, se fazem necessárias políticas que melhorem a qualidade da educação básica para crianças, e políticas de reparo para aquela população que já esteja em escolarização mais avançada, mas que teve um percurso escolar "defasado". Salienta-se que existe uma grande disparidade quando colocamos em pauta a qualidade educacional ofertada para ricos e pobres no Brasil. A esse respeito, os estudos que se debruçam em entender a relação pobreza e educação apontam que a oferta de políticas compensatórias para população pobre, a fim de garantir o direito à educação, não são suficientes se não for resguardada uma educação de qualidade, qualidade essa necessária para superação das desigualdades sociais (YANNOULAS, 2013).

ISSN -2359-1382



Departamento de Administraçã Escolar e Planejamento Educado

Entendemos que essas reflexões iniciais corroboram nosso objetivo de discutir o papel do Estado e da Política Educacional, considerados fundamentais ao enfrentamento das desigualdades socioeducacionais. E mais, compreender como as categorias de pobreza devem ser absorvidas no processo de produção de políticas públicas, sobretudo no campo educacional.

Cabe ressaltar que este material é fruto de reflexões realizadas, a partir de uma pesquisa acadêmico-científica mais ampla, sistematizada em uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. O referido estudo abordou empiricamente o fenômeno que ora retomamos para nos debruçarmos, especialmente, sobre suas implicações teórico-conceituais.

#### Estado e Política Educacional: reconhecendo concepções

o Estado pratica hoje uma política altamente protetora dos interesses econômicos das elites empresariais e permissiva quanto aos mecanismos de exclusão e exploração do trabalho que o capitalismo global utiliza aí reside seu papel como agente reprodutor de desigualdades (DÍAZ, p.143, 2007).

A reflexão da autora demarca um movimento importante que pretendemos realizar neste texto, inicialmente por reconhecer o Estado como agente de reprodução das desigualdades, mas também potencialmente capaz de prover meios necessários à superação destas. Partindo deste ponto, precisamos compreender que as discussões que circulam sobre o Estado são amplas e diversificadas. Sendo assim, não é a intenção deste texto aprofundar-se especificamente nessa questão, mas de alguma maneira, acreditamos ser necessário demarcar como está sendo entendido a configuração do Estado, porque esta reverbera na consecução e implementação de políticas educacionais, assim como influencia a manutenção ou mudança do projeto de sociedade que se pretende construir.

Nesse sentido, de forma inicial, Eloísa Höfling (2001) define que é importante, antes de discutir Estado, o diferenciar de Governo, pois, segundo a autora, por Estado pode-se considerar um conjunto de instituições<sup>3</sup>, tais como órgãos legislativos, tribunais e

<sup>3</sup> É valido apontar que neste trabalho o termo *instituições* está associado "não apenas aos sistemas que são



ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacion

outras que não se apresentam como um bloco monolítico. Essas instituições essencialmente heterogêneas determinam a ação do Governo, por conseguinte, são corresponsáveis pelo conjunto de programas e projetos que emanam dos interesses em disputa entre segmentos da sociedade civil organizada, bem como dos subgrupos que integram as instâncias mais elevadas de poder decisório da República, no caso brasileiro.

É importante compreender que a noção do que hoje se entente por Estado é decorrente de uma diversificada construção histórica e política de sentidos. Partindo desse princípio, é possível conceber, regra geral, que o Estado se associa a um governo, a uma sociedade e a um determinado território, mas é o conjunto de características, concepções e formas assumidas por cada povo que confere ao Estado uma natureza própria e mutável (DÍAZ, 2007).

Os elementos pautados até aqui nos possibilitam assumir que a figura do Estado perpassa as relações de poder na sociedade, desta forma percebemos também que o Estado projeta um "ideal" de sociedade que almeja. Nesse sentido, é necessário repensar o aparelho estatal para que este esteja em consonância com a sociedade, na tentativa de atender a todas as demandas advindas do povo.

Nesse sentido, compreende-se que o Estado precisa fornecer elementos que subsidiem a participação democrática nas diferentes esferas sociais, além de possibilitar que a relação Estado e Sociedade se constitua com os diferentes segmentos sociais e não unicamente com uma classe dominante que se utiliza do Estado para continuar produzindo e reproduzindo diferentes desigualdades.

Partindo desse entendimento, tomamos por base

a concepção de Estado como espaço de luta entre os diferentes sujeitos que ocupam diversas posições e que compartilham relações de poder em diversos campos constituídos, com regras do jogo e desafios específicos que não reduzem as regras do jogo ou aos desafios dos outros campos em que as políticas públicas se desenvolvem (ANDRADE, p. 71, 2012).

Nessa perspectiva, na medida em que entendemos o Estado enquanto campo de

formalmente organizados, mas a uma série de práticas e rotinas inter-relacionadas, às vezes formalizadas em regras e leis descritas e, em alguns casos, menos formalizados" (DÍAZ, p.136, 2007).



ISSN -2359-1382



daepei Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

disputa, reconhecemos neste estudo a necessidade de um fortalecimento do aparelho estatal, sobretudo para que este se configure a partir de um novo modelo de organização social. No entanto, se faz necessário que estejamos empenhados na luta para manter um Estado que seja democrático, pois acreditamos que esta é uma condição indubitável para o atendimento das demandas sociais.

Para reconhecer o fortalecimento do Estado radicalmente democrático, recorremos a Bobbio (1987) quando aponta que o aparelho estatal precisa estar em constante aperfeiçoamento de suas práticas, para que alcancemos a plena realização de suas funções. Para tanto, autor advoga em favor da natureza do Estado representativo por acreditar que este está em consonância com a defesa do Estado democrático, no qual também se sustenta o presente estudo (BOBBIO, 1987).

É importante perceber que a ideia do Estado representativo resultou, em um primeiro momento, de um compromisso entre o poder da monarquia e o poder dos representantes do povo (burguesia). Porém, é da sucessiva transformação do interesse pelo papel e finalidade do Estado que aqui nos reportamos para a defesa contemporânea do Estado representativo, uma vez que são as reivindicações protagonizadas por representantes sociais que legitimam o adjetivo 'representativo', numa determinada organização estatal, especialmente aquelas iniciativas que corporificam o pleito desejado pela maioria no que concerne ao acesso aos direitos que precisam ser garantidos pelo aparelho estatal (BOBBIO, 1987).

Assim, é importante salientar que com os avanços e ganhos de direitos sociais aos quais associam o Estado representativo, têm se consolidado até os dias atuais com o Estado democrático, na medida em que, especificamente no contexto brasileiro, temos uma democracia representativa, ainda que reconheçamos os seus limites e condicionadas revelados ao longo de sua jovem existência.

Para uma reflexão sobre as relações de Estado e poder que perpassa a sociedade, não podemos deixar de reconhecer a contribuição de Carnoy (1988), quando aprofunda seus estudos na relação entre Estado e os estudos de Gramsci. Com base na fortuna da obra gramsciana, Carnoy constrói o entendimento de que Estado se constitui de um viés

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional

ideológico e de uma classe hegemônica que contribui cada vez mais para a dominação de uma classe em detrimento de outra.

Nesse sentido, precisamos reconhecer que no Brasil, desde 1970, mudanças puderam ser percebidas quanto a figura do Estado e sua atuação para a sociedade, pois o modelo neoliberal, cada vez mais, tem sido percebível nas políticas estatais. Cabe ressaltar que o modelo neoliberal que fazemos referência se torna visível na atuação do Estado a partir do momento em que é possível perceber uma maior atuação de agentes que representam os interesses do mercado financeiro, em detrimento de uma menor participação de representantes da sociedade civil organizada, na atual lógica de ação do Estado brasileiro. É valido chamar a atenção ainda nesta relação, o quanto o campo da Educação tem incorporado práticas neoliberais, sobretudo através políticas educacionais cada vez mais pautada num jogo de metas, medidas de desempenho e indicadores (BURTON, 2014).

No intuito de aprofundar essa reflexão, é importante demarcar o que está sendo entendido como política pública, e a própria política social com recorte para o campo da educação. Assim, recorremos a Hofling (2001) quando conceitua as políticas públicas como o "Estado em ação", ou seja, "é o estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para os setores específicos da sociedade" (ibidem, p.31). Com efeito, faz-se pertinente entender as políticas públicas enquanto um mecanismo do aparelho estatal, direcionando a materialidade da ação do Poder Público ao conjunto dos segmentos da sociedade.

Nesse sentido, entendemos as políticas públicas sociais como um recorte das políticas públicas, pensadas para determinados segmentos sociais e que devem corroborar para a superação de diferentes desigualdades presentes no contexto ao qual atua, assim a autora conceitua da seguinte forma:

políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administra Escolar e Planejamento Educ

(HOFLING, 2001, p. 31).

A partir disso, o esforço que tentamos realizar é de perceber que o campo da educação, torna-se parte das políticas públicas de recorte social, a partir das políticas educacionais em curso no Brasil. Partindo desta compressão, concebemos a Política do Programa Bolsa Família, foco da pesquisa que subsidiou o presente estudo, enquanto uma política social de forma mais ampliada, mas que possui em si um recorte educacional, o que discutiremos mais adiante.

A partir das conceituações apontadas pela autora, precisamos perceber que as políticas públicas sociais surgem na tentativa minimizar os desequilíbrios causados pelo desenvolvimento econômico no âmbito social, ou seja, as políticas neoliberais corroboram uma prática de perpetuar a classe dominante e produzir e reproduzir desigualdade social. Para a educação, a situação se apresenta cada vez mais alarmante, pois, com o crescimento do neoliberalismo no aparelho estatal, é notório que a responsabilidade de oferta de educação, que formalmente permanece como dever do Estado, tem passado para o poder da iniciativa privada.

Diante dos aspectos discutidos neste tópico, retomamos ao que nos propomos ao seu início, ou seja, é preciso movimentar a sociedade civil para que seja possível repensar o papel e atuação do Estado, sobretudo na tentativa de continuar garantindo que este seja estruturado de forma democrática. Dessa forma, faz-se pertinente demarcar que o aparelho estatal precisa garantir o atendimento de demandas de todos os coletivos sociais, não apenas um em específico. Quanto ao papel específico do campo científico da Educação, mais precisamente da Política Educacional, se faz cada vez mais necessário que:

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo 'competitivo frente à ordem mundial globalizada' " (HOFLING, 2001, p. 40).

Por fim, cabe salientar a 'resistência' como palavra de ordem nesse final da segunda década do século XXI, tendo o sentido de buscar caminhos alternativos para

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

refutar esta condição neoliberal e hegemônica que tem sido imposta à sociedade e, por consequência, tem determinado os rumos das políticas públicas no país. Para isso, necessitamos superar grandes desafios no sentido de

diminuir a desigualdade econômico-social, recuperar o Estado em termos de autonomia e soberania, consolidar a democracia social, fortalecerem a instituições e orientarem as decisões mediante o diálogo e consenso entre distintos atores (DÍAZ, 2007, p. 146).

Ademais, precisamos apontar outros caminhos possíveis na construção de um Estado capaz de empenhar-se na superação da condição de desigualdade social que se encontram milhares de famílias no contexto brasileiro. É nesse sentido que Silva (2010) nos convida à reflexão sobre o quadro geral de leis, políticas e programas direcionados às populações feitas desiguais. Em sintonia com essa provocação político-ideológica do autor, passaremos a abordar mais especificamente dados atinentes à relação entre as políticas públicas e o enfrentamento às desigualdades socioeducacionais no Brasil.

#### Desigualdade Social e Pobreza: discutindo conceitos e o campo da Política Educacional

Retomando o quadro de produções no qual situa-se este trabalho, inicialmente, precisamos compreender que os estudos da relação pobreza e educação são recentes no Brasil. Desta forma, pelo campo da Política Educacional ser uma das áreas de estudos no campo da Educação, essa aproximação entre a temática da pobreza, desigualdade social e as políticas educacionais torna-se um movimento de produção ainda muito novo para o campo. É perceptível que o movimento que tem sido feito nas pesquisas recentes científicas constitui, essencialmente, uma tentativa de discutir de que forma as políticas educacionais têm impactado no cotidiano das famílias pobres.

A partir do estudo realizado por Yannoulas (2013), percebemos que a relação pobreza e políticas educacionais tem sido incorporada paulatinamente às produções da literatura da área, embora, saiba-se que a problemática da desigualdade e da pobreza são antigas, e estas perpassam todo o desenvolvimento histórico do país. A autora tem realizado um grande movimento, no sentido de produzir trabalhos que tematizem essa

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

relação. Assim, nota-se que como produto de um esforço coletivo do grupo de pesquisa ao qual ela coordena, foi possível levantar produções na relação pobreza e educação, e agrupá-los em 4 temáticas mais pesquisadas, sendo estas: escolaridade e pobreza, escolarização como estratégia de mudanças na estrutura social, educação e políticas sociais (condicionalidades), e pobreza e desemprego.

A partir disso, o esforço que tentamos fazer nesta produção, mas especificamente neste tópico, é o de conceituar pobreza e desigualdade social, pois tem sido pautado nas discussões da América Latina e Caribe a necessidade de conceituar de forma crítica esses temas, e que esta discussão circunde a própria produção de políticas educacionais no contexto brasileiro.

É importante reconhecer que a pobreza e a desigualdade têm sido tratadas como condição inerente aos contextos latino-americanos, sobretudo devido aos processos de civilização que constituíram esses países. De maneira efetiva, também é possível constatar que a produção de pobreza e desigualdade neste contexto consolida-se a partir de estruturas (Estado) e agentes (Governo). Ao pensar a temática pobreza e desigualdade, precisamos inverter essa relação, pois a pobreza é produzida a partir das relações de desigualdade que se apresentam em determinado território. Esses processos que produzem e reproduzem a desigualdade que gera a pobreza, se constituem quando encontram condições políticas, econômicas e culturais que reverberam com a prática da produção e reprodução desses fenômenos sociais (CIMADAMORE; CATTANI, 2007).

Desde o início do século XXI, existe entre os pesquisadores latino-americanos a tentativa de construir uma base cientificamente consistente sobre o tema da produção/reprodução da pobreza e desigualdade, sobretudo, do ponto de vista conceitual, pois nota-se que existe, no campo das Ciências Sociais, certa fragilidade na utilização desses termos. É importante demarcar que uma das primeiras questões levantadas está na neutralidade que muitos estudos apresentam quanto aos termos pobreza e desigualdade social. Assim, precisamos reconhecer que fenômenos dessa complexidade não podem ser empregados de forma acrítica.

O ponto de partida ao conceituarmos a pobreza e desigualdade está na



ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

desnaturalização posta através de discursos formulados, sobretudo através da ótica da ordem econômica mundial, em explicar a pobreza e a desigualdade como fruto do desenvolvimento desigual dos países. É necessário apontar que a desigualdade social e a pobreza são construções sociais históricas produzidas através de estruturas e agentes com intencionalidades claras que são perpetuadas a longo prazo.

Conceitos e definições não são inocentes e menos ainda correspondem a categorias auto-evidentes. No que concerne à pobreza e à desigualdade, a ofensiva liberal vale-se de duas estratégias discursivas: a primeira, naturalizando as diferenças, ao apresentá-las como ontológicas, e a segunda, substituindo o paradigma clássico, ao destituir o coletivo, estruturas e o estado de sua importância, os quais passam a ser subordinados pelo individual e pelas ações pseudo-autônomas (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 11).

A partir disso, é possível notar que para a devida apropriação dos conceitos e, consequentemente, uma profunda reflexão acerca da temática pobreza e desigualdade social é inerente pensar dois outros grandes conceitos que perpassam o processo de produção e reprodução destes fenômenos: o Estado e o Mercado. O primeiro é empregado, sobretudo, para dar conta da discussão sobre o papel do Estado na cooperação/manutenção de um sistema desigual, e o segundo, faz relação à economia política que reverbera nos processos de produção de pobreza que é reflexo da contradição do capital (CIMADAMORE, 2004).

É importante perceber que a discussão de pobreza pode possuir caráter diferente, a partir da concepção que é adotada para explicar ou solucionar o fenômeno. Segundo Garcia et al (2017), as diferentes matrizes teóricas que possam ser adotadas para discutir a pobreza enquanto fenômeno social podem levar a diferentes interpretações, por isso, os autores apontam três principais concepções que podem ser adotas para discutir a pobreza e as desigualdades sociais, são elas: a liberal/neoliberal, a socialdemocrata e a marxista. Já para Duarte (2012), pode-se perceber quatro perspectivas teóricas, são elas: técnica, socialista, liberal e moralista. Diante de tais perspectivas, buscar-se-á discutir como a pobreza é entendida em cada uma dessas perspectivas.

Os apontamentos que Garcia et al (2017) fazem para conceituar a pobreza a partir



ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional

da perspectiva liberal/neoliberal, corroboram para a discussão realizada por Duarte (2012), pois entende-se que nessa perspectiva, a pobreza é entendida como a ausência de esforços pessoais. Com isso, nesta linha de pensamento existe uma naturalização da pobreza que, inclusive, pode ser mantida em certos níveis, por estar tratando de uma falta de esforço, ou seja, o sujeito é culpabilizado por estar em situação de pobreza. Nessa ideia individualista que pressupõe o sucesso para a saída da pobreza, o Estado entra com uma intervenção mínima para possibilitar a saída dessa situação, mas o mercado também comanda os condicionantes para a manutenção da pobreza e saída dela, tendo em vista que para esta concepção, a permanência na pobreza também é um fator de falta de competência pessoal.

Segundo Duarte (2012), existe a chamada perspectiva moralista, que pode ser adotada para estudar a pobreza a partir de discursos da sociedade, pois esta concepção está associada a ideia de buscar nos princípios morais a explicação para pobreza, constata-se que, por muitas vezes, esses princípios morais estão ligados a religião e que entendem a pobreza não apenas como problema social em si, mas como fracasso individual, falta de virtudes, má sorte e provação (divina). Por estar associada ao senso comum, logo, essa concepção pode determinar os sujeitos por uma ordem social puramente desigual, pois também se entende nessa perspectiva que a pobreza pode tornar-se vício.

A perspectiva Social apresentada por Duarte (2012) pode ser associada a perspectiva Marxista descrita por Garcia et al (2017), por apresentar como principal elemento o processo de acumulação capitalista e relação com o trabalho para explicar o fenômeno da pobreza presente na sociedade capitalista. Nessa concepção, que é contrária a liberal/neoliberal, a pobreza não é entendida apenas como ausência de recursos financeiros, mas também pela ausência de direitos, serviços sociais básicos e trabalho. Assim, nota-se que nessa concepção outros contextos podem ser evidenciados, a exemplo do contexto educacional, pois apresenta variadas formas de desigualdades, seja através do acesso, percurso e outras questões.

Garcia et al (2017) vão apontar que na perspectiva socialdemocrata, a concepção de pobreza possui duas dimensões a econômica que vem como a garantia do mínimo a sobrevivência, e a política que se apresenta na ausência de uma construção de cidadania.

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

Os mesmos autores, vão colocar que nessa concepção o Estado é o maior instrumento para erradicar a pobreza, se utilizando de políticas sociais, de cunho econômico e educacional para tal conquista, atenta-se para o fato de que nos governos petistas 2003-2015, observa-se que essa foi a concepção e discurso utilizado para o enfrentamento da pobreza. Essa perspectiva de alguma forma, também acredita que a pobreza surge de problemas estruturais do capitalismo, embora, não destrinche sobre quais seriam esses problemas.

A última concepção apresentada por Duarte (2012) é a perspectiva técnica que entende a pobreza em diferentes números e tipologias, pois preocupa-se em quantificar a pobreza utilizando o fator da renda. Utiliza-se de nomenclaturas para classificar os sujeitos em "níveis". Essa concepção também está associada ao termo exclusão social, o que não é um termo apropriado para utilizar quando discutimos pobreza por omitir diversos outros fatores que estão ligados a condição de pobreza, tais como a ausência de direitos e acesso a serviços sociais básicos.

Nessa perspectiva, o conceito de pobreza adotado neste trabalho apoia-se no apresentado por Rocha (2006) quando aponta que esta é resultado de uma produção desigual que reverbera em situações nas quais as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, mas também da perspectiva Social apresentada por Duarte (2012) e Garcia et al (2017), por acreditar que nesta perspectiva é possível notar as ausências de estruturas e agente no processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. A partir disso, é importante perceber que, como apontam os autores Cimadamore e Cattani (2007), precisamos entender a pobreza como resultado da desigualdade econômica/social, pois esta produz situações de pobreza. Porém, essa relação desigual advém sobretudo através da desigualdade econômica entre os indivíduos.

Diante dos apontamentos, é imprescindível a apropriação desses conceitos para o campo da Política Educacional brasileira, uma vez que construir uma concepção de pobreza é muito necessária para se entender a partir de que prisma poderão ser pensadas e produzidas as políticas educacionais para mitigação/erradicação das desigualdades sociais que emergem na sociedade. Desta forma, denota-se a importância desta apropriação por parte do Estado e dos governos, pois é dessa maneira que conseguiremos produzir e

ISSN -2359-1382



daepel Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

implementar políticas para os coletivos feitos desiguais. Outrora, é também importante o papel dos coletivos feitos desiguais na produção teórica que busquem consolidar cada vez mais as demandas da sociedade (ARROYO, 2010).

#### **Considerações Finais**

Nos últimos anos, diversos pesquisadores têm sido instigados a estudar sobre a relação pobreza e educação, a fim de perceber em que medida esse problema tem sido um entrave no fazer educativo, nos diferentes espaços de formação. É preciso reconhecer a pobreza como consequência da desigualdade social, esta última como resultado histórico de diferentes injustiças, sobretudo aos coletivos feitos desiguais. A atuação de diferentes discursos colabora para perpetuar a produção e reprodução das desigualdades sociais na estrutura da sociedade. Como bem discute Arroyo (2010), a relação desigualdades — pobreza - educação, tão abstrata e genérica, exige ser recolocada na concretude das lutas a seres protagonizadas pelos próprios coletivos feitos desiguais, que devem fazer valer o direito que lhe é conferido formalmente a um destino diferente daquele que lhe impuseram. Para tanto, estes devem se reconhecer como sujeitos políticos, em defesa de políticas afirmativas de uma vida justa.

Partindo desse entendimento, a consecução de políticas educacionais, com foco no enfrentamento às desigualdades socioeducacionais, é fundamental para que sejam possíveis corrigir históricas injustiças, sobretudo, na perspectiva da garantia do direito à educação. Para tanto, faz-se imprescindível conceber o Estado enquanto estrutura e agente que precisa formular e implementar políticas públicas que atendam a diferentes segmentos e demandas da sociedade (HOFLING, 2001).

Portanto, é evidente a necessidade de repensar o aparelho estatal para garantir alternativas de enfrentamento aos diferentes contextos de pobreza e desigualdade social. Ao incorporar esses conceitos ao campo das políticas educacionais, é preciso pensar nos coletivos feitos desiguais no contexto histórico atual do país. Faz-se imprescindível pensar na superação dessas desigualdades como dimensão indispensável das lutas e bandeiras sociais mais amplas, situando-se na esfera da resistência necessária, inclusive, dos

ISSN -2359-1382



daepei Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

pesquisadores que possam delimitar o tema aqui focalizado como objeto de novos estudos. Com efeito, espera-se que este trabalho possa repercutir em outras produções para fortalecer um campo de estudos que historicamente têm sido cada vez mais necessário.

#### Referências

ANDRADE, Edson Francisco de. **Sistemas municipais de educação**: impactos na gestão educacional no âmbito do poder local. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

ARROYO, Miguel G. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v.30, n. 99, p. 147-158, 2017.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais e desigualdades: a procura de novos significados. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de; ANDRADE, Edson Francisco de. Relação entre educação e pobreza no Brasil: algumas notas. In: GARCIA, Adir Valdemar et al (Organizadores). **Reflexões sobre a pobreza**: educação e assistência: 1°ed. Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC, 2017, pp. 23-63.

BOBBIO, Nobert. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. 14°ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BURTON, Guy. **Teorizando o Estado e a Globalização na política e políticas educacionais**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n.2, p. 315-332, jul/dez, 2014.

CARNOY, M. Estado e teoria polítia. 2°ed. Campinas: Editora Papirus, 2011.

CIMADAMORE, Alberto D. As políticas de Produção de Pobreza: construindo enfoques teóricos integrados. In: CIMADAMORE Alberto D. et al. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina** Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO, 2007, pp. 15-38.

. Ciências Sociais e pobreza: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. **Pobreza e Desigualdade no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2004, pp. 231-240.

; CATTANI, Antonio D. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In: CIMADAMORE Alberto D. et al. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina** Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO, 2007, pp. 07-14.

DÍAZ, Laura Mota. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na



ISSN -2359-1382



da EPE Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educaciona

América Latina. In: CIMADAMORE Alberto D. et al. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina** Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO, 2007, pp. 125-150.

DUARTE, Natalia de Souza. Política Social: um estudo sobre educação e pobreza. Tese - Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2012.

GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime; KRÜGER, Tânia Regina. Concepções e Proposições de Enfrentamento à Pobreza: o que dizem os PPA do Estado de Santa Catarina. In: GARCIA, Adir Valdemar et al (Organizadores). **Reflexões sobre a pobreza**: concepções, enfrentamentos e contradições: 1ºed. Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC, 2017, pp. 157-222.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. 2001.

SCHWANCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, Focalização e impactos do bolsa família na população pobre e extremamente pobre. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

YANNOULAS, Silvia C.; Literatura Recente Sobre uma Antiga Problemática. In: YANNOULAS, Silvia C. (orgs). **Política Educacional e Pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. 1º ed. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 25-66.

Recebido em:04-10-2020 Aceito em: 20-05-2021

